

“Politiqueiros” sem vez em Brasília

Há uma preocupação generalizada das pessoas ouvidas pelo “Correio Braziliense” a propósito da viabilidade ou não de Brasília passar a contar com a sua própria representação política: é o temor de que os vícios da política do interior encontrem também aqui campo fértil para a sua propagação. Em meio aos temores de alguns, a loquacidade de outros, emerge o desejo de que, se um dia a possibilidade dessa representação se concretizar, os parlamentares do Distrito Federal estejam à altura da importância da Capital do País.

Antonio Marinho Brant, comerciante, é uma dessas pessoas. Apesar de se declarar totalmente favorável a que a cidade venha a ter eleição, diz não ver, pelo menos no momento, alguém que possa responder pela cidade. “Vai ser difícil encontrar alguém que supra todas as qualidades de um político à altura da cidade”. Segundo ele, seria necessário uma pessoa jovem, que não tenha os “vícios” da política do interior, e que, ao mesmo tempo, tenha, arrojo e dinamismo acompanhar o crescimento da cidade. “Se eu tivesse que eleger alguém até o final do ano, diz o comerciante, estaria num mato sem cão, nem gato e nem alguém para preencher os requisitos básicos”.

Os motoristas de Táxi, Paulo José Dutra e João Olympio, apesar de não saberem explicar o porquê, acreditam que “essa é uma coisa muito boa”. Como representantes para a cidade, indicaram apenas os deputados Sinval Boaventura e João Batista Miranda, ambos de Minas Gerais. Explicam a escolha alegando que devem obrigação a um e a outro “por ser da mesma cidade em que nasci”.

Já o funcionário da TCB, João Teixeira de Castro, disse não concordar com eleições para Brasília, “porque votar dá muito trabalho; enfrentar filas, assistir comício, no final a gente vota no que falar mais bonito”. No entanto, se a coisa fôsse obrigatória, ele votaria em seu conterrâneo, o senador José Sarney”. Para o funcionário público, Paschoal Martins, “as eleições viriam dar um ar de festa à cidade”, e que só por isso já justifica sua realização”. Defende ainda o direito de todo cidadão escolher seus representantes, “sem o qual não existe democracia”.

OMISSÕES

Alguns militares do Exército negaram-se a formular qualquer depoimento, sob a alegação de que “militar não pode se envolver em política”. Depois das explicações de que a enquete não iria prejudicar ninguém, disseram que talvez opinassem amanhã, depois de consultarem os escalões superiores. Ante a insistência de que bastava dizer o que achavam de todo esse “movimento”, saíram-se com a desculpa de que “esse questionário pode atentar contra a segurança nacional”.

Omissões como esta aconteceram várias vezes, sob as mais variadas justificativas. Houve quem dissesse que esse assunto interessava apenas aos funcionários públicos, ou então que “desde que a gente continue a receber os salários, os homens podem colocar mil representantes para Brasília”. Um fator marcante nas opiniões foi o medo de se envolver. Pessoas, aparentemente politizadas, respondiam sim ou não, e afastavam-se rapidamente do local, outras pediam para não citar o nome, “funcionário público não pode dizer nada”. Mesmo estudantes universitários chegaram a demonstrar certa desconfiança.

A professora Maria Alice de Jesus preferiu contar uma estória infantil e ponderou: “Depois você tira as conclusões que quiser”. Era uma vez - disse ela - uma floresta que tinha apenas o Rei Leão governando. Um dia, os bichos resolveram eleger o coelho e a raposa para representá-los. No começo - conta a professora - todo mundo viveu feliz, até que um dia os representantes descobriram que o Rei Leão era carnívoro e foi um tal de sacrificar os “eleitores” daquela floresta para fazerem presente ao Rei. Quando aquela comunidade foi perceber o erro que tinha sido, confiar na raposa e no coelho já era tarde, pois, metade da fauna tinha sido dizimada e o Rei passou a exigir os presentes.

O universitário Leonir Vidigal não quis comentar sobre a estorieta, o que não o impediu de dar seu parecer. Na sua opinião, Brasília sente a falta de seus representantes. Todavia, para que todos os objetivos da comunidade fossem alcançados seria necessário uma câmara de representantes, (prefere não usar o termo vereador) composta por elementos da universidade, do comércio e do clero, que teriam maiores possibilidades de reivindicar os direitos de cada classe. Neste caso, as cidades satélites seriam atendidas por “burgo-mestres”, como em algumas cidades da Europa, ou qualquer outra denominação que se queira dar a esses representantes. Sobre quem seria esse elemento da universidade, diz ele ainda não saber: “Difícil vai ser encontrar alguém que queira um encargo tão difícil”. No mais, ele afirma que esse sistema “inaplicável no momento” seria o mais recomendável para uma cidade jovem de tradições heterogêneas “já que 70% dos moradores de Brasília tem menos de 30 anos”.